



ANAIS DO XXXII COLÓQUIO CBHA 2012

DIREÇÕES E SENTIDOS DA HISTÓRIA DA ARTE

Organização

Ana Maria Tavares Cavalcanti

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

Maria de Fátima Morethy Couto

Marize Malta

Universidade de Brasília

Outubro 2012



A Paisagem do Rio de Janeiro - Representada, Capturada e Imaginada

Carlos Gonçalves Terra - Escola de Belas Artes/UFRJ

Resumo: A preocupação em criar novas áreas verdes como o Jardim de Aclimação, reorganizar e manter funcionando as poucas existentes como o Passeio Público, já era um avanço para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX. Em 1808, iniciava-se a criação do Jardim de Aclimação, futuro Jardim Botânico, ponto de partida para outras instituições semelhantes. Seu espaço e o seu entorno podem ser reconstituídos pelas imagens que chegaram até nossos dias. A transformação da paisagem cada vez mais se acentuará com D. Pedro II, que se preocupa em dotar a cidade de áreas verdes. A fim de documentá-las para futuras gerações, foram comissionados pintores para registrar a beleza de seus palácios e os respectivos jardins que os cercavam. Hoje, esses registros são importantes porque através deles podemos reviver o tempo passado e reconstituir a paisagem construída pelos seus desenhos, projetos e, principalmente, pela pintura. Todos eles nos permitem (re)construir virtualmente esses espaços guardados em nossas memórias.

Palavras-chave: Paisagem. Rio de Janeiro. Jardim. Pintura.

Abstract: The landscape of Rio de Janeiro - Represented, Captured and Imagined. The concern in creating new green areas as the Acclimatization Garden, reorganize and keep the few existing ones running such as the promenade Passeio Público, was a breakthrough for the city of Rio de Janeiro at the beginning of the nineteenth century. In 1808 the Acclimatization Garden, later called Botanical Garden, starts being created. It became a starting point for other similar institutions. Its space and surroundings can be reconstituted by images that have come down to date. The transformation of the landscape will be more and more stressed by D. Pedro II, who cares about providing green areas for the city. In order to document them for future generations to come, painters were commissioned to register the beauty of its palaces and its gardens surrounding them. Today, these records are important because through them we can relive the past and reconstruct the landscape built by their drawings, projects and specially their paintings. All of them allow us to (re) build these areas virtually stored in our memories.

Keywords: Landscape. Rio de Janeiro. Garden. Picture.

Quando se estuda a vinda, em 1808, da Família Real e a cidade do Rio de Janeiro, raramente se comenta a importância da vegetação existente. Sabemos que o espaço além dos limites da Cidade Velha era coberto de matas.

Gonsalves de Lacerda, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, ao tratar de **Arborização, Mattas, Florestas e Jardins Públicos** no seu relatório do final do século XIX, descreve como era a cidade naquela época:

“Uma estrada mal praticada ligava a Gloria a Botafogo por entre espessos capões, que encobriam completamente a vista do mar.

“O morro de Santa Thereza, desde o ponto que se acha o convento, revestia-se inteiramente de arvores de elevado porte e só se podia chegar a certos sítios, debastando á fouce os cipoaes para abrir claro nas picadas.

“Da antiga fazenda do Engenho Velho, conhecida depois por *Chácara do Vintém*, estreitos caminhos, dificilmente transitáveis, iam ter a S. Christovão, com um pequeno desvio que conduzia á fazenda do Macaco, transformada hoje no bairro de Villa Izabel.

“E o mesmo acontecia entre o Campo de Sant’Anna e a Gambôa, cujo trajecto se fazia atravessando extenso matagal.

“Para além, quer de um, quer de outro lado, extendia-se a mata virgem, impossível de penetrar”.¹

Pelo relato observamos a presença significativa nas diversas áreas de nossa cidade da vegetação no final do século XVIII e início do XIX. Talvez a cidade tendo esse grande jardim ao redor não se preocupasse em ordenar a natureza junto às residências. As devastações desordenadas dessas florestas e as derrubadas incessantes das matas prejudicaram a salubridade da cidade e dos cursos d’água, fazendo com que seus volumes diminuíssem e, em alguns

¹ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS E POSTURAS MUNICIPAIS. Seção VII (Arborização, Mattas, Florestas e Jardins Públicos). Título II – Arborização, Mattas e Florestas. Rio de Janeiro: 1905. p. 566.

casos, desaparecessem totalmente. Isso, mais tarde, tornar-se-ia um problema a ser enfrentado pelos engenheiros, higienistas, arquitetos e “paisagistas” do século XIX.

O oitocentismo é sabidamente um período privilegiado para o estudo dos espaços ajardinados, em virtude das grandes transformações que nele ocorreram, ocasionadas sobretudo pela Revolução Industrial.

Logo na primeira década, a vinda da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, ocorrida em 1808, representa o primeiro passo que sinaliza na direção da Independência e passagem do estatuto de Colônia a de Império, na tentativa de um esboço de nação para o nosso País.

Com a chegada da Família Real portuguesa, intensificam-se as grandes transformações econômicas e políticas no Brasil e principalmente no Rio de Janeiro, pelo seu amplo crescimento urbano.

Devemos lembrar que:

O Brasil preparava sua independência política, sem conseguir uma libertação econômica, o que, num certo sentido, tornara-se inevitável, pois de um momento para outro haviam desaparecido o antigo privilégio de navegação entre Portugal e sua colônia, e os próprios barcos em que o transporte se fazia; era em portos da Inglaterra que saíam e entravam mercadorias nos portos brasileiros.²

Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a cidade já ocupava posição privilegiada como porto, no mercado de importação e exportação. Além disso, a transferência de uma corte européia para cá fez com que nascesse uma

² HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p. 101. (Tomo II: O Brasil Monárquico – 1^o v.: O progresso de emancipação).

nova sensibilidade em relação à paisagem e uma nova maneira de pensar a natureza no contexto urbano, já que a cidade possuía um grande jardim “natural” ao seu redor. Recordando as palavras que Paul Claudel³ escreveu em 1920: “o Rio de Janeiro é a única cidade grande que eu conheço que não conseguiu banir a natureza. Aqui nos misturamos ao mar, à montanha, à floresta virgem que, de todas as partes, despenca dentro dos nossos jardins [...]”.⁴ A preocupação em criar novas áreas verdes como o Jardim de Aclimação, reorganizar e manter funcionando as poucas existentes como, por exemplo, o Passeio Público, já era um avanço para uma cidade precária, malcheirosa, provinciana, suja e descuidada, com ruas na maior parte compridas, tortas e estreitas⁵ e além disso, como lembram Spix e Martius, “a presença da corte já vai começando a influir favoravelmente no gosto arquitetônico”⁶ e conseqüentemente na organização da natureza ao seu redor.

No início, a instalação dos membros da corte nas melhores residências existentes no Rio de Janeiro ainda deixava a desejar em relação aos recursos que a arquitetura habitacional da colônia proporcionava aos nobres vindos de uma metrópole europeia. A transformação que a cidade sofre, com o grande número de pessoas vindas para cá em 1808 e 1809, vai gerar a necessidade de adaptar e criar residências para acomodar os aqui chegados. O elevado

³ Paul Claudel foi dirigente da legação francesa no Brasil no período de 1917 a 1918.

⁴ ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

⁵ SEIDER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 45.

⁶ SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 49 (v. 1)

número de pessoas que vieram com a corte, informado pelos historiadores (15.000, 12.000, 8.000 ou, até mesmo 5.000), foram repensados e analisados por Nireu Cavalcanti que, de uma maneira bem convincente, nos mostra que ele não ultrapassou 500, pois a cidade não poderia acomodar tantas pessoas num curto espaço de tempo. Ele nos diz:

Viabilizar uma fuga de mais de uma dezena de milhar de pessoas, traçada no mais absoluto sigilo, num curto espaço de tempo de dois ou três dias, correspondentes ao período de resistência contra as forças inimigas que avançavam sobre a cidade de Lisboa, isso parece-me fora de qualquer razão.⁷

Cavalcanti lembra, ainda, outro fator importante digno de questionamento em relação ao mesmo assunto. Ele se refere à “capacidade de acomodação das embarcações comerciais e de guerra da época, dimensionadas para 80 passageiros em média, deles excluída a tripulação”.⁸ Diz o estudioso do Rio Colonial: “seriam necessários, adotando-se esses cálculos, que houvesse sido construída uma frota gigante de 1.875 embarcações para carregar 15 mil pessoas, fato que seguramente não aconteceu”.⁹

⁷ CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 96.

⁸ CAVALCANTI, Nireu. Op. cit. p. 96.

⁹ CAVALCANTI, Nireu. Op. cit. p. 96. Na sua pesquisa é reconstituído o movimento dos navios nos anos de 1808-1809, com a vinda dos membros da Corte. Ainda na p. 96, do livro citado, temos a seguinte informação: “Chegaram ao porto da cidade, em 1808, a fragata *Minerva* com setenta e oito passageiros, o bergantim *Voador* com trinta e nove, o navio *Princesa do Brasil*, a fragata *Andorinha* e a nau *Conceição* e *Santo Antonio* cada uma com dezenove passageiros. O navio *D. Henrique* transportou dezesseis passageiros, o bergantim *Lebre*, quarenta. A nau *Rainha de Portugal* trazia as filhas de D. João e duas de suas tias; a nau *Afonso de Albuquerque*, a princesa dona Carlota Joaquina e quatro infantas, e a nau *Príncipe Real*, a rainha dona Maria I, o príncipe regente D. João e seus três filhos, entre os quais o príncipe D. Pedro. Nesse mesmo ano aportou a nau *Medusa*, na qual vinha o futuro conde da Barca, Antonio de Araújo de Azevedo. Em setembro desse mesmo ano chegou na fragata inglesa *Stork* o núncio apostólico, d. Lourenço Caleppi. Somando as diversas listas desses passageiros cheguei ao total de 211 pessoas para o ano de 1808 e 233 pessoas para 1809, sendo 132 os passageiros

A Abertura dos Portos às Nações Amigas possibilitou a importação de novos materiais e fez com que um grande número de europeus se estabelecesse na cidade, encontrando-se entre eles, membros de várias profissões, como podemos perceber pelos Códices de Entrada de Estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro. Entre algumas dessas profissões podemos destacar: engenheiros, naturalistas, pintores, carpinteiros, serralheiros e **jardineiros**. As pesquisas mostraram a importância desses últimos profissionais no tocante à arte de executar os jardins da cidade. Alguns são de origem francesa, mas é a vinda dos ingleses que deixará fortes indícios na primeira metade do século XIX, influenciando em todos os aspectos da vida brasileira. “A eles deve-se a introdução do gosto pela residência em casas isoladas por jardins bem tratados, e longe do centro da cidade, freqüentemente em contato direto com a natureza agreste [...]”.¹⁰

Esse conjunto de fatores provocou um rápido crescimento de população no Rio de Janeiro, com a referida imigração de muitos europeus e o aumento no tráfico de importação de escravos para satisfazer à expansão do cultivo de café. Esse cultivo, existente nos arredores da cidade,

que vieram no navio inglês *Almirante Nelson*, e os demais em vários navios portugueses. Portanto, minhas anotações apontam para 444 pessoas, entre as quais 60 membros da família real e da alta nobreza portuguesa que chegaram ao Rio de Janeiro nos dois anos em questão”. Ainda informa “É evidente que deixei de fora a tripulação dessas embarcações, por se tratar de população em trânsito que nelas permaneciam durante o período de fundeamento na baía de Guanabara”. E lembra “Assim, os 450 ou 500 acompanhantes deslocados com a família real são números que não atenuam em nada o impacto que sobre o Rio de Janeiro representou a transferência da Corte portuguesa”. A historiadora Armelle Enders, professora da Universidade Paris-IV-Sorbonne, no seu livro *A história do Rio de Janeiro*, op. cit., também compartilha dessa mesma opinião, por achá-la mais razoável.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). Op. cit. p. 64.

ainda em pequena escala, irá se expandir, transformando-se, num determinado momento, na sua principal atividade econômica. O aspecto econômico reforçou ainda mais a importância do porto do Rio de Janeiro em relação à importação e à exportação, fazendo com que a cidade se transformasse num importante centro comercial.

Luiz Carlos Soares, em seu levantamento sobre o crescimento populacional, apresenta os seguintes dados: em 1808, a população do Rio de Janeiro era composta por um total 60.000 habitantes que se dividiam em 48.000 livres e 12.000 escravos. O autor lembra que, na década seguinte, essa população havia crescido consideravelmente e chegava, em 1821, a 116.444 habitantes no município, dentre os quais 86.323 viviam na cidade, divididos em 45.947 livres e 40.376 escravos.¹¹ O número de escravos atingiu, nesse período, quase 50% dos habitantes total da cidade, proporção que chegou a ultrapassar na década de 1830, segundo as avaliações de Mary Karash.¹²

O processo de expansão urbana do Rio de Janeiro acentuou-se depois da Proclamação da Independência, em 1822, e nos anos 1830 os limites da cidade se ampliaram ainda mais, como vai acontecer no decorrer de todo o século.

Pelo aumento populacional e pela ocupação territorial surgiram novas paróquias que pouco a pouco foram delimitando a cidade. Paulo Berger lembra que “a cidade do Rio de Janeiro era dividida sob um aspecto eclesiástico

¹¹ SOARES, Luiz Carlos. *Urban slavery in nineteenth-century*. London: University of London, 1988. p. 25-8. (Tese de Doutorado).

¹² KARASH, Mary. *Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton: The Princeton University Press, 1987. p. 63.

em diversas freguesias ou paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa, em princípio. Depois essas mesmas freguesias passaram a abranger os territórios de jurisdição administrativa”.¹³

Após 1822, a Cidade do Rio de Janeiro era constituída pelas freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana. Sylvia Damazio comenta que:

As demais freguesias – Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Ilha do Governador, Paquetá, Guaratiba, Engenho Velho, Lagoa – possuíam pouca densidade, com a população distribuída por sítios ou fazendas, na maioria, produtoras de gêneros agrícolas para consumo dos moradores das freguesias urbanas”.¹⁴

A **Candelária** era denominada “Cidade Velha” e era habitada por muitos estrangeiros.¹⁵ Encontrava-se ali o Paço Imperial, os edifícios públicos e as residências da elite dirigente, estabelecidas nas ruas próximas.¹⁶ A freguesia de **São José** compreendia as ruas dos Inválidos, Marrecas, Lavradio, Resende, entre outras, a atual Lapa, a Glória e adjacências.¹⁷ Havia ali casas comerciais, oficinas artesanais e manufatureiras.¹⁸ **Sacramento** era uma região de ruas estreitas, de certa forma continuação do comércio da Candelária, mas em menor escala.¹⁹ Constituíam-se pela Praça da Lampadosa - hoje Tiradentes -, e várias ruas

¹³ BERGER, Paulo. In: SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. p. 7.

¹⁴ DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. p. 18.

¹⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 197.

¹⁶ DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. p. 18.

¹⁷ Id. Op. cit., p. 18.

¹⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. cit., p. 197.

¹⁹ Id. Op. cit., p. 197.

próximas, das quais, hoje em dia, a da Carioca, Luís de Camões, Gonçalves Ledo e a Sete de Setembro.²⁰ **Santa Rita** começava nas ruas do Acre, Senador Pompeu, São Joaquim – Estreita e Larga, estendendo-se até a atual zona portuária, onde se localizavam estaleiros, trapiches e as casas de comércio do café.²¹ **Santana** caracterizava-se por cortiços, possuindo algum comércio varejista e atividades manufactureiras e artesanais, todavia era uma região alagadiça e de mangues.²² As duas últimas paróquias eram as que concentravam uma população de baixa renda, não apresentando atrativos para quem pretendida enriquecer.²³

Na segunda metade do século, com a criação de novas freguesias e o desmembramento de outras, uma rua poderia pertencer a mais de uma freguesia, devido a sua extensão.

Conforme crescia a quantidade de pessoas residindo nas áreas centrais, começou a haver o deslocamento para a região da Glória, ocorrendo então o seu desmembramento da freguesia de São José. A Glória, em 1834, tornou-se uma freguesia e as pessoas com maior poder aquisitivo constroem residências ajardinadas, principalmente no Catete e em Laranjeiras. Buscam, ainda, Botafogo, pertencente à freguesia da Lagoa.

Do ponto de vista das transformações urbanas, o já mencionado crescimento populacional do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século, sem um sistema adequado de água e esgoto, com os habitantes despejando

²⁰ DAMAZIO, Sylvia F. Op. cit., p. 18.

²¹ Id. Op. cit., p. 18.

²² RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. cit., p. 197.

²³ Id. Op. cit., p. 197.

dejetos e água suja diretamente nas praias e descarregando lixo em áreas centrais da cidade, levou o Rio de Janeiro a um altíssimo grau de insalubridade. Epidemias, de doenças como a febre amarela, se espalharam pela cidade e provocaram a morte de milhares de pessoas em todos os segmentos da população, sendo que as áreas mais atingidas foram as do centro da cidade, com sua maior concentração de habitantes e onde estavam instaladas as classes mais pobres. As áreas periféricas, por sua vez, foram menos afetadas, apresentando melhores condições de saúde e higiene.

Ainda no início do século, em 1808, temos a criação por D. João VI, do Jardim de Aclimação, futuro Jardim Botânico, ponto de partida para outras instituições semelhantes. Ele será o viveiro de plantas que marcarão o aspecto formal dos jardins do período por nós estudado, como a chamada palmeira imperial, traço característico das grandes fazendas de café do Vale do Paraíba. Podemos reconstituir o seu espaço e o seu entorno pelas imagens que chegaram até nossos dias. Muitas delas criadas pela imaginação de artistas que se envolviam com a paisagem do Rio de Janeiro.

Gilberto Freyre lembra que “as casas eram guarnecidas quase sempre de palmeiras”,²⁴ e ainda:

as palmeiras imperiais se tornaram, na ecologia patriarcal do Brasil, a marca ou o anúncio de habitação ou casa nobre, com pretensões a eterna ou imortal; e também a marca dos cemitérios ilustres ou dos túmulos monumentais.²⁵

²⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. v. 1. p. LX.

²⁵ Id. *Ibid.* p. XL.

A pesquisa científica no Brasil é fortemente induzida por D. João VI, que no dia 06 de junho de 1818 criava o Museu Real, no Rio de Janeiro. Inicialmente sediado no Campo de Santana, foi transferido para a Quinta da Boa Vista no ano de 1892. Somente no ano de 1922 é que passou a se chamar Museu Nacional. Ele se destinava ao estudo da fauna, da flora e da geologia de nosso País.

A permissão da vinda dos estrangeiros também será importante, pois agora eles poderiam visitar e estudar a flora e a fauna brasileiras, coletando-as e catalogando-as em preciosas coleções. Entre os muitos viajantes que aqui estiveram destacamos John Luccock, Maria Graham, Spix e Martius, George Gardner, Thomas Ewbank, Herman Burmeister, Auguste de Saint-Hilaire entre outros.

A partir do final dos anos 1840, intensifica-se o processo de mudanças urbanas, econômicas e populacionais pelo qual vinha passando o Rio de Janeiro, diretamente relacionado à rápida e grande expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba que, em meados do século, já se estendia do Rio de Janeiro às províncias de São Paulo e Minas Gerais. As delícias do café, reservadas no século anterior às classes privilegiadas, são descobertas pelo mundo e toda a produção era exportada através do porto do Rio de Janeiro, consolidando ainda mais a sua posição de centro comercial de toda a produção de café das regiões sudeste, sul e oeste.

A transformação da paisagem cada vez mais se acentuará principalmente na segunda metade do século com D. Pedro II, que se preocupa em dotar a cidade de áreas verdes. São desse período os principais projetos

de melhoramento da cidade do Rio de Janeiro como o paisagismo da Praça Onze e o Canal do Mangue, o conjunto de ajardinamento na enseada de Botafogo, a Praça Tiradentes, o Largo de São Francisco entre vários outros.

Algumas vezes, a fim de documentá-las para futuras gerações, foram comissionados pintores para registrar a beleza de seus palácios e os respectivos jardins que os cercavam. Hoje, esses registros são importantes porque através deles podemos reviver o tempo passado e reconstituir a paisagem construída pelos seus desenhos, projetos e, principalmente, pela pintura. Todos eles nos permitem (re) construir virtualmente esses espaços guardados em nossas memórias.

